

Elites no Espírito Santo – 1790-1820

Adriana Pereira Campos* - UFES

E assim é esta a mais fértil capitania
e melhor provida de todos os mantimentos
da terra que outra alguma que haja na costa.
Pero de Magalhães de Gândavo,
historiador português, 1576.

O objetivo dessa comunicação é apresentar o atual estágio de uma pesquisa que realizo na Universidade Federal do Espírito Santo a respeito das fortunas na Comarca de Vitória, Capitania do Espírito Santo, na virada do século XVIII para o XIX. Em 1534, essa Capitania, doada ao fidalgo português Vasco Fernandes Coutinho, formava um quinhão na América lusa cinco vezes maior do que o Reino de Portugal. Na verdade, a Capitania espírito-santense figurava, dentre as quatorze capitanias portuguesas, como um dos empreendimentos que melhor atendia às pretensões do Rei em intensificar a colonização de suas terras americanas. Não chegou, contudo, a ter o esplendor das Capitanias São Vicente e Pernambuco, dada as dificuldades com os índios, mas a tarefa obteve algum êxito já que foram distribuídas sesmarias, fundadas vilas e edificadas fortes. A trajetória do Espírito Santo no século XVII e XVIII ainda carece de estudos, mas sabe-se que sua vantajosa posição no século XVI foi seriamente abalada no decorrer dos dois séculos seguintes, chegando a ser comprada dos herdeiros da família Coutinho em 1674 e, em 1700, parte do seu território, cravado de minerais preciosos, desmembrou-se em favor da mais nova Capitania da Coroa, as Minas Gerais. Finalmente, em 1718, Portugal efetuou a compra da Capitania pelo mesmo valor pago em 1674.

Depois de tornar-se uma Capitania da Coroa, iniciou-se um processo de construção de fortificações, ao longo de todo o território do Espírito Santo por ordem do Vice-Rei em 1726, certamente com o objetivo de defender a colônia de ataques piratas. Em 1731, em Vitória, cabeça da Comarca do Espírito Santo, existiam 5000 habitantes entre brancos, pardos, pretos forros e cativos, 700 armas de tiro e os dízimos somavam 2:500\$000 (dois contos e quinhentos mil réis). Em 1768, a Capitania viu aumentar o seu efetivo militar por ordem do Marquês de Lavradio, Governador e Capitão-General da Bahia, que fez aportar em terras capixabas a Companhia de Infantaria Pinto, composta por 60 homens, além de ordenar a construção de mais uma fortaleza, desta feita na Ilha do Boi, e a reforma dos demais fortes existentes na Barra de Vitória. Em 1780, a Capitania do Espírito Santo contava com 15.600 homens. No final do século, o Espírito Santo era uma Capitania com um expressivo número de fortificações, além de contar com um Regimento de Infantaria e duas Companhias de Cavalaria. Ao lado das fortalezas, chama atenção o contingente de escravos, pois em Vitória existiam dois escravos para cada habitante, já que os cativos somavam 4.898 indivíduos e os não-cativos, 2.327. As notícias do período relatam uma certa dinâmica da economia do lugar. O Capitão-Mor Inácio João Monjardim¹ informou,

* Doutora em História Social pelo Programa de Pós-Graduação da UFRJ, pesquisadora do Centro de estudos dos Oitocentos – CEO/PRONEX/CNPq e Professora Adjunta do Departamento de História da Universidade Federal do Espírito Santo.

¹ Mongiardino, [1790] 1978, p. 45.

em carta redigida ao Governador da Bahia, que se exportava do Espírito Santo 276.000 varas de pano de algodão; 202 arrobas de fio de algodão; 5.100 arrobas de algodão aberto; 4.877 arrobas de açúcar, além de quantidades não especificadas de arroz, milho e madeira. No total foram exportados, em 1789, 45:648\$480 (quarenta e cinco mil e seiscentos contos quarenta e oito mil e quatrocentos e oitenta réis). Embora tais informes históricos justifiquem uma pesquisa a respeito do desenvolvimento da Capitania no período, os estudos empreendidos têm sistematicamente reduzido suas conclusões à identificação dos fatos citados como índices da pobreza e da estagnação do Espírito Santo naquela época. Discordando, portanto, das afirmações a respeito dessa conjuntura política e econômica da Capitania do Espírito Santo na última década do século XVIII, apresento, neste texto, algumas hipóteses explicativas que, penso, apontem novas interpretações sobre o assunto.

1. Uma visão geral

O fidalgo Vasco Fernandes Coutinho aportou a Caravela Glória em terras capixabas² no dia 23 de maio, data dedicada ao Divino Espírito Santo, que serviu de inspiração ao batismo da nova terra. O primeiro recanto a receber o dito donatário foi a enseada localizada na atual cidade de Vila Velha, que recebera essa denominação quando os colonos resolveram deixá-la devido à hostilidade dos índios para se fixarem na ilha de Santo Antônio, que, por sua vez, passou a ser conhecida a partir de então como a Vila Nova, e, posteriormente, chamada de Vila da Vitória. Entrementes, importa salientar que a ilha para a qual se deslocou o primeiro donatário da Capitania, ainda em 1551, cresceu em importância e tornou-se a cabeça da Comarca do Espírito Santo durante o período colonial. No século XVIII, permanecia Vitória como a única cabeça de Comarca da Capitania e os inventários mais antigos, localizados nesta pesquisa, encontram-se arquivados no Cartório de 3º Ofício de Vitória, cujos documentos datam da última década dos setecentos em diante, embora haja um único inventário, anexado a outro, iniciado em 1764. O conjunto de inventários, levantados até o momento e relativos ao período de 1790 a 1803, soma 45 processos. Em dois inventários, devido ao seu estado de conservação, não foi possível identificar o monte mor. Assim, para efeitos da tabela abaixo, somente foram utilizados 43 processos, senão vejamos:

TABELA .1.

FORTUNAS CAPIXABAS – 1790-1803

Fortunas	No. de Inventários	%	Monte Mor	Concentração da Riqueza
De 2:000\$001 a 10:000\$000	08	18%	19:267\$365	43,0%
De 1:000\$001 a 2:000\$000	19	44%	14:968\$207	33,4%
De 200\$001 e 1:000\$000	11	26%	9:832\$653	21,9%

² Denominação geral dada aos nascidos no Espírito Santo.

Até 200\$000	05	12%	742\$367	1,7%
TOTAL	43	100		

Fonte: Cartório de 3º Ofício de Vitória/Espírito Santo

O dados acima obtidos podem ser comparados à pesquisa da historiadora Patrícia Merlo (2003), que encontrou nos inventários guardados no Arquivo do Poder Judiciário do Espírito Santo o seguinte quadro:

TABELA .2.

FORTUNAS CAPIXABAS – 1800-1830

Fortunas	No. de Inventários	%	Monte Mor	Concentração da Riqueza
Superior a 10:000\$001	28	1,2%	57:265\$380	19,7%
De 2:000\$001 a 10:000\$000	32	18,8%	132:363\$191	45,5%
Inferiores a 2:000\$000	136	80%	101:116\$902	34,8%
Total	170	100%	290:745\$473	100,0%

Fonte: Arquivo Público do Poder Judiciário do Espírito Santo

As informações acima permitem vislumbrar um quadro de riquezas na Comarca do Espírito Santo marcado por fortunas médias e baixas, se comparadas a outras capitânicas do Brasil, tais como a Bahia e o Rio de Janeiro, cujos inventários somavam mais de 20:000\$000 (vinte contos réis). Além disso, torna-se evidente, em ambas tabelas, o característico traço da colônia brasileira de concentração de riqueza. De acordo com Kátia Mattoso, na Bahia, as fortunas podem ser classificadas em oito categorias (1997, p.160). Seguindo essa classificação, encontram-se, nos dados divulgados por essa historiadora a respeito da Bahia, algo em torno de 80% da riqueza concentradas nas grandes e médias fortunas, isto é, em inventários cujos montantes ultrapassavam 10:000\$000 (dez contos de réis). No Rio de Janeiro, no início do século XIX, de acordo com a pesquisa de Fragoso & Florentino (1998, p. 90), 2/3 da riqueza inventariada concentravam-se nas mãos de 9 a 10% dos homens mais ricos daquele lugar. No Espírito Santo, embora predominassem fortunas médias baixas, a riqueza, inventariada em ambas pesquisas, concentrava-se em poucas mãos já que cerca de 20% dos mais ricos reuniam aproximadamente a metade das fortunas somadas.

2. Os escravos na composição das fortunas

Assim como na Bahia e no Rio de Janeiro, verifica-se que na Capitania do Espírito Santo alguns poucos homens possuíam o controle da produção de riquezas. Visitando os levantamentos populacionais produzidos pelas autoridades da época, a Capitania possuía na última década dos oitocentos, uma população de 22.493 almas. Se considerarmos que

no Brasil existia uma população de cerca de 3.250.000 mil habitantes, na Capitania do Espírito Santo havia 7,5% da população da colônia. Em 1872, quase um século mais tarde, dos 10.112.000 brasileiros, apenas 82.137 habitavam na Província do Espírito Santo, perfazendo menos de 1% da população total do País. Não era, portanto, inexpressiva ou decadente a posição da Capitania do Espírito Santo no final do século XVIII, embora as fortunas do lugar fossem menores quando comparadas às riquezas inventariadas no Rio de Janeiro e Bahia, regiões que se destacavam no contexto colonial, sobretudo, por causa do comércio de escravos, gêneros e metais.

Partindo dessas constatações, cumpre decifrar as riquezas produzidas na Capitania de modo a determinar suas fontes. Em primeiro lugar, desponta com absoluta distinção a posse de cativos na Comarca do Espírito Santo. Como já mencionado anteriormente, as autoridades da Capitania divulgaram, em 1789, um censo em que a Freguesia de Vitória constava com 2.327 habitantes e 4.898 escravos, enquanto na Capitania existiam 10.749 livres e 6.834 escravos. No mesmo diapasão, encontrou-se nos 45 inventários pesquisados no Cartório de 3º Ofício de Vitória, cobrindo os anos de 1790 a 1803, 298 escravos que totalizaram uma média de 6,62 escravos por inventariado. A historiadora Patrícia Merlo (2003) identificou, em outro grupo inventários, 1.367 escravos em 170 inventários, o que elevaria a média para 8 escravos por inventário. Em vista do censo produzido pelo Capitão-Mor da Capitania em 1789, os dados apresentados pela Merlo e as informações coligidas pela pesquisa aqui apresentada, pode-se afirmar a existência de uma população escrava significativa no Espírito Santo. Rio Claro, uma região de São Paulo que se tornou próspera graças ao sistema de grande lavoura, chegou a concentrar 4.980 escravos no ano de 1884 (DEAN, 1977), atingindo sua maior população cativa durante os oitocentos. A cabeça da Comarca do Espírito Santo, entretanto, tivera igual população escrava em 1789, ou seja, um século antes.

Cumpre notar, portanto, que a população escrava do Espírito Santo, embora pequena, se comparada às demais Capitânicas, sobretudo, as mais prósperas, concentrava-se extraordinariamente em Vitória, cabeça da Comarca do Espírito Santo. Resta indagar, então, as formas de emprego dessa população cativa. Uma primeira aproximação, nos mostra que apenas 5 inventários, dentre os 45 pesquisados, não constam de escravos, gerando uma proporção de 11%. Ora, mais de 80% dos inventariados possuíam escravos, o que tornava a propriedade escrava um bem comum entre os cidadãos da comarca. Esse número é confirmado pela pesquisa de Patrícia Merlo (2003, p.73) em que foram também encontrados escravos em mais de 80% dos inventários. Esse dado confirma, portanto, que a mão de obra escrava era bastante difundida na colônia brasileira, atingindo centros de pequeno porte como a Capitania do Espírito Santo, em fins dos setecentos e começo dos oitocentos.

Nos inventários, os cativos constituíam o bem mais representativo, devido tanto ao seu valor intrínseco, quanto pela porcentagem populacional naquele momento.³ Dentre os dados obtidos nos inventários pesquisados no Cartório de 3º Ofício, foram inventariados 111 escravos com idade de 20 a 30 anos, ou seja, 37% do total de escravos. Contudo, o número de crianças crioulas, com idade de 0-9 anos, reúne 80 indivíduos, isto é, 26,85% dos escravos inventariados. Por sua vez, a faixa etária subsequente, formada por jovens entre 10 a 19 anos, representa apenas 18% do total cativos. Provavelmente, as dificuldades do cativo e da época, dada as condições gerais de saúde, faziam com que

³ Para Patrícia Merlo, os escravos constituíam 60% da população do Espírito Santo no século XIX, 2003, p.03.

houvesse um índice de mortalidade infantil da ordem de 50%. A aquisição de africanos, então, complementava essa perda de cativos realizando a reposição dos braços necessários à economia local. De acordo com os inventários, a reposição dos escravos por via do comércio ocorria na ordem de cinquenta por cento dos cativos. No entanto, a proveniência desses escravos não era exclusivamente africana, uma vez que os inventários depositados no Cartório de 3º Ofício, assim como os pesquisados por Melo, apontam uma população africana trazida de Angola, Mina e Teulão na ordem de 30%. Outrossim, existiam aqueles que descendiam de africanos, os denominados crioulos, adquiridos na praça do Rio de Janeiro provavelmente por um preço mais acessível à elite local.

A pesquisadora Merlo (2003) encontrou, para o período de 1800-1809, 90 crianças de 0-9 anos, 71 jovens de 10-19 anos e 101 adultos com mais de 20 anos. Essa proporção entre as faixas etárias dos escravos da região do Espírito Santo, diagnosticada em ambas pesquisas, mostra a característica tranqüilidade dessa sociedade, que em trabalho anterior eu própria já afirmava (CAMPOS, 2003), inclusive no campo da repressão policial. Nesse sentido, há razão para asseverar a prevalência de laços familiares mais duradouros entre escravos na Comarca do Espírito Santo, em que as relações de parentesco marcavam a vida cotidiana desses cativos nas vilas do lugar. Os dados acima constituem evidências da reprodução de escravos na Comarca pela via da natalidade, dando, provavelmente, ao local alguma autonomia diante das oscilações de preço proporcionadas pelo tráfico atlântico, embora, Merlo alerte que a origem dos escravos africanos de Vitória aponta sua vinculação com o porto do Rio de Janeiro. A reposição de africanos, portanto, realizava-se com um caráter complementar, isto é, visava completar o contingente escravo crioulo oriundo do próprio lugar.

Tabela .3.**Relação dos escravos do Espírito Santo pela origem (1790/1803)**

		0-9 anos	De 10 a 19 anos	De 20 a 40 anos	De 41 a 59 anos	Acima de 60 anos	Ilegível	Total
Angola	Masculino	Nenhum	01	23	05	07	03	39
	Feminino		06	12	05	02	02	27
Mina	Masculino	Nenhum	Nenhum	_____	01	00	_____	01
	Feminino		01	01	_____	01	01	04
Teulão	Masculino	Nenhum	Nenhum	Nenhum	01	Nenhum	Nenhum	01
	Feminino							Nenhum
Crioulo	Masculino	36	12	27	03	05	05	88
	Feminino	40	29	42	09	06	09	135
Total	Masculino	36	13	50	10	12	08	139
	Feminino	40	36	55	14	09	12	166
Total Geral		76	49	105	24	21	20	295⁴

Fonte: Dados quantificados dos inventários do Cartório do 3º Ofício de Vitória (1790/1803)

Como já mencionado, os escravos representavam a maior riqueza das fortunas inventariadas. Do valor total dos inventários, 44:810\$592 (quarenta e quatro contos, oitocentos e dez mil e quinhentos e noventa e dois réis) correspondentes à soma de todos os montes-mores, a propriedade escrava representava a quantia de 24:202\$320 (vinte e quatro contos duzentos e dois mil e trezentos vinte réis) desse valor. Proporcionalmente, os escravos respondiam por 54,8% da riqueza de todos inventários. Vale ressaltar que, em apenas dois inventários, não consta esse tipo de bem no rol de propriedades. No pagamento de dívidas eram utilizados, preferencialmente, os escravos, possivelmente, por causa de sua valorização e liquidez no mercado de bens da época, assim como pelas facilidades em negociações dessa natureza, uma vez que os cativos serviam tanto para trabalhos no meio rural, quanto no meio urbano.

4. O perfil dos negócios

Ao lado dos escravos, encontram-se outros bens que respondiam pela outra metade das riquezas inventariadas. O quadro a seguir esclarece a distribuição das riquezas, senão vejamos:

⁴ 03 (três) escravos foram inventariados sem declaração de idade

TABELA .4.**FORTUNAS NA CAPITANIA DO ESPÍRITO SANTO – 1790/1803**

SETOR / ATIVIDADE	VALORES	PORCENTAGEM
ESCRAVOS	22:948\$900	51,21
BENS URBANOS	8:012\$540	17,88
BENS RURAIS	7:731\$221	17,25
DÍVIDAS A RECEBER	5:363\$041	11,97
JÓIAS E METAIS	754\$890	1,69
TOTAL DA RIQUEZA INVENTARIADA	44:810\$592	100

Fonte: Cartório de 3º Ofício de Vitória

Verifica-se, portanto, que os bens urbanos e rurais não se diferenciavam substancialmente, pois somavam 15:743\$761 ou 35,13% do montante da riqueza inventariada. Mesmo reunidos, os bens rurais e urbanos não equivaliam ao total de valores dados aos escravos em inventário. Todavia, chama atenção outra atividade que corresponde aos investimentos nos setores produtivos rural e urbano. Trata-se dos empréstimos, que, nos inventários, constam como créditos ou dívidas a receber. Essa atividade soma 11,97% do total da riqueza inventariada e, mais importante, concentra-se em alguns inventários, isto é, poucos indivíduos dedicavam-se a essa espécie de negócio. O inventariado responsável pelo maior montante de empréstimo foi uma mulher que deixou todos os créditos para seu viúvo, legando para os demais herdeiros outros bens. Inclusive, seu patrimônio, além de colocar-se entre as maiores fortunas, pois o monte-mor somava 3:211\$008, possuía um caráter diversificado, constituindo-se de imóveis urbanos, plantações de variados gêneros, jóias e metais. Essa senhora era também proprietária de uma numerosa escravaria, pelo menos para os padrões da Capitania do Espírito Santo, uma vez que possuía 23 cativos. Analisando seu patrimônio, observa-se a divisão de seus investimentos, primeiro em escravos, cujo valor total era 1:667\$000, depois em dívidas a receber, 1:040\$682, seguido por bens urbanos, 672\$280 e, finalmente, um pouco de investimento em bens rurais, 112\$100. Da leitura desse inventário, é possível afirmar a atividade urbana como a principal fonte de riqueza da inventariada, pois seus bens rurais se resumiam a quartéis de plantação ou tetos de produtos e seus bens urbanos se distribuíam entre diversas casas de morada. Pode-se imaginar uma atividade ligada a aluguéis, não só de imóveis, como também, e isso é de grande relevo, de escravos. Com 23 escravos, essa senhora podia negociar a meação de plantações com lavradores interessados em alugar mão-de-obra servil para aumentar a produtividade agrícola. João de Barcellos Machado possuía uma pequena fortuna avaliada em 1:375\$806, graças um seu sítio, às benfeitorias desse sítio, a sua casa de morada na rua Taguna, ao crédito de um empréstimo e aos seus objetos sacros e preciosos. Entretanto, impressiona a quantidade de 15 escravos, no valor de 802\$400, que não parece adequada às necessidades desse pequeno sitiante. Possivelmente, como a senhora rentista acima referida, Barcellos devia dedicar-se à prática de aluguel de cativos a sitiante vizinhos. Consoante Mattoso, as fortunas desses locadores de escravos classificam-se como

“médias baixas” dada a diversidade dos bens inventariados que, no caso, por exemplo, de Barcellos, estavam incluídos em seu inventário além do sítio, benfeitorias e casa de morada, alguns objetos sacros como oratórios e imagens e utensílios de cobre e prata. Seguindo Mattoso, a atividade de rentista constituía-se numa forma de viver sem trabalhar, usufruindo dos dividendos auferidos de empréstimos a juros ou aluguéis de escravos. Complementa, ainda, a historiadora grega que muitas senhoras enveredavam-se nesse mundo de rendas, pois,

“[...] até cerca de 1870, homens ‘vivendo de rendas’ alugavam escravos qualificados para o serviço de pedreiro, latoeiro, carpinteiro ou pintor. Uma outra categoria sócio-profissional deve ainda reter nossa atenção: ao lado dos que vivem de rendas e parecem não trabalhar, existe um grupo de homens que exercem vários tipos de trabalho ao mesmo tempo. [...]. Com o de um escravo barbeiro que é também músico, ou de um pedreiro que pode ser enviado para cortar cana, pois estes dizem respeito a ocupações que sucedem e concernem sobretudo a escravos ou pobres livres que não farão fortuna alguma” (1997, p. 164-5).

Vale ainda mencionar que a prática de empréstimos tem sido interpretada pelos historiadores como uma ação motivada pela generosidade, pois o dinheiro era de pequena monta, quase nunca ultrapassando alguns mil réis, conforme o primeiro caso citado acima, em que nenhum empréstimo alcançava o valor de um escravo na idade de 20 a 40 anos. A atividade rentista era um sinal de opulência, sobretudo, de prestígio de um indivíduo que se coloca na posição de encontrar facilidade para auxiliar pessoas em dificuldades na sociedade (Mattoso, 1997, p. 166). Francisco de Medeiros Arruda torna-se caso exemplar, pois seus investimentos não só visavam auferir rendimentos, como também transmutavam-se num recurso de afirmação social. Seu inventário de 2:188\$595 apresenta como sua propriedade mais valiosa a escravaria composta de 7 cativos avaliados juntos em 834\$800. Suas atividades comerciais, ao que tudo indica, estavam vinculadas ao transporte marítimo de mercadorias, porque além da propriedade de um barco equipado de barricas, tonéis e pipas de sebo, consta ainda o ganho auferido numa viagem ao Rio de Janeiro. Enfim, esse comerciante dedicado aos negócios marítimos e mercantis algumas vezes emprestava alguns trocados, conforme registrado em seu inventário a dívida, para com sua pessoa, de parte em um certo Padre, que tomou 5\$920, ou de outros seis casais, que contraíram dívidas pequenas como 1\$845.

Outro proprietário de uma significativa escravaria foi Francisco Cardoso de Oliveira, que possuía uma fortuna quase totalmente composta por escravos. No entanto, Francisco era um homem dedicado às atividades rurais, possuindo 3 sítios, um quinhão de terras no sítio denominado Tamboray, além de um rebanho composto exclusivamente de 5 vacas e dois novinhos, esses últimos batizados carinhosamente de Maldecilva e Ramallete. Esse lavrador empenhava-se na plantação de gêneros como mandioca, algodão e bananas, pelo menos isso chegou a ser inventariado provavelmente porque essas roças ainda não estavam em tempo de colheita. Assim, não seria um equívoco afirmar o caráter comercial dessas lavouras, vez que a roça de subsistência não chegaria, devido à ausência de valor monetário, a constar do processo de inventário, enquanto os alimentos referidos no documento constituíam-se, isso sim, em mercadorias com algum valor digno de se legado aos herdeiros. No caso em tela, o uso da mão de obra cativa justificava-se pelo emprego em uma agricultura de abastecimento de alimentos e, nesse sentido, o escravo era o necessário investimento do lavrador para seu negócio agro-mercantil. João Pereira de Jesus protagoniza história semelhante. Com um cabedal de 1:410\$060, José tinha oito

escravos e dedicava-se a labutar em um engenho com material especializado na produção de açúcar e cachaça. Além das benfeitorias como casas na propriedade, possuía a ainda o lavrador um pequeno rebanho composto de 7 bois e 7 novilhos. Igualmente dispunha de um velho carro de bois para o transporte de cana. Os cativos e o engenho colocam o dito João na posição de um homem de poucas posses tentando se inserir no agro-negócio da cana. Esse capixaba parecia estar bem informado das oscilações do açúcar, que atravessava uma fase de recuperação, conforme esclarece Stuart Schwartz:

Com o irromper da Revolução Haitiana em 1792 e finalmente a eliminação da ilha como produtora de açúcar, o preço desse produto elevou-se tremendamente nos mercados europeus, permanecendo alto até por volta de 1800, quando passou a cair e então se recuperar até 1809 (1988, p. 343).

Na verdade, a história de João tem o enredo de um drama, pois seu empreendimento malogrou em dívidas, declaradas da ordem de 1:158\$287 em seu testamento. Talvez se possa interpretar que os riscos inerentes a esses empreendimentos não fossem desconhecidos dos capixabas, pois “essas fortunas nem sempre se encontram ao abrigo de uma falência, já que dívidas importantes, ou empréstimos concedidos sem precaução, podem arruinar um proprietário que tenha emprestado ou tomado emprestado dinheiro para manter sua posição” (Mattoso, 1997, p. 162). Esses empreendimentos também mostram a disposição dos capixabas em buscar a inserção nos melhores e mais lucrativos negócios da colônia. Melhor sorte parece ter alcançado Manoel do Espírito Santo com seus negócios mais diversificados. Essa pequena fortuna de 1:390\$000 apenas abateu uma diminuta dívida em seu inventário de 72\$916. Esse lavrador lançou-se nos agro-negócios, mas adotou uma estratégia diversa de João. Preferiu praticar a agricultura de abastecimento, acumulando a posse de cinco torrões em locais como Mangaray e Cachoeiro, lavrando a escritura pública apenas de um outro sítio. Esse pequeno agricultor empreendedor deixou em plantação um quartel de mandioca verde, três lavouras de algodão, 30 árvores frutíferas, além de algumas poucas benfeitorias. Em paralelo, mantinha Manoel residência na vila com uma casa principal e um anexo com telha, onde provavelmente abrigava os seus 09 escravos quando não estivessem na lida de alguma lavoura, o que deveria ser raro, dado seus variados empreendimentos agrícolas.

Na verdade, os dados dos inventários pesquisados permitem interpretar como hipótese plausível a preferência dos capixabas pela diversificação dos negócios agrícolas na forma de lavouras e plantações em terrenos cuja posse não era regulamentada em cartório por escritura pública. Somente três inventários mostram investimentos agrícolas realizados em terras contíguas. Os demais se realizaram em terrenos diversos, identificados muitas vezes como lavouras ou roças. Entretanto, não se deve interpretar essa agricultura de meação ou de roça como voltada para a subsistência, pois os gêneros produzidos enfeixavam-se entre algodão, mandioca, milho ou feijão. Sobre o comércio de alimentos que animou a economia de abastecimento da colônia, sentencia Fragozo que,

Os dados populacionais existentes para 1819 pontualizam cabalmente que a sociedade colonial não se resumia a grandes senhores e escravos [...]. Isso insinua a existência, para além da *plantation*, de outras formas de organização do trabalho escravo [...].

Se considerarmos que esses regimes de produção podiam estar ligados ao abastecimento interno, temos um quadro em que o mercado colonial surge como o resultado da interação e reprodução de diversas formas de produção (1998, p. 119).

Auxiliados por Fragoso, é possível agora compreender a sociedade capixaba com um número tão expressivo de escravos, conforme as estatísticas referidas na seção 1 deste trabalho. Ao contrário da corrente afirmação do isolamento da Capitania do Espírito Santo, no alvorecer do século dezanove, as fontes cartoriais indicam uma sociedade composta de indivíduos que, mesmo dispendendo de poucos recursos, investiam no frutuoso comércio de alimentos. A alternativa, mais utilizada por esses homens, foi o uso de roças e sítios com o objetivo de realizar negócios com necessidade de poucos investimentos, ainda assim, dividindo-os com comerciantes mais abastados que apostavam no mercado de aluguel de escravos, de modo a evitar a esterilização de vultuosas somas na compra da mão-de-obra servil.

Havia indivíduos, na Capitania do Espírito Santo, contudo, destacados pelo nível de riqueza possuída. Ocupando o topo das fortunas, mesmo que nessas terras não as riquezas fossem muito elevadas, um Antônio Rodrigues Batalha ou um Francisco Cardoso de Oliveira sustentavam o sinais de sua opulência e seu lugar no alto da hierarquia da sociedade capixaba. Batalha foi credor de diversos dos inventariados, além de ser proprietário de uma Botica e casarios em ruas inteiras. Esse homem poderoso ocupava o cargo de Juiz dos Órfãos, constando em diversos processos levantados para esta pesquisa. Além disso, constava como credor de diversos dos inventariados estudados nessa pesquisa. Sua posição de homem rico e magistrado, induz à reflexão sobre a relação entre ofícios e riquezas no Brasil colonial, a respeito da qual “[...] cabe sublinhar que, para as benesses na forma de ofícios, o que estava em jogo não eram tanto os salários pagos pela fazenda real, mas sim, e principalmente, os emolumentos que deles, entre outras possibilidades, podia-se auferir” (FRAGOSO, 2001, p. 17).

Outrossim, há dentre os inventariados, além do Juiz e dono de Botica, dois outros inventários de proprietários de lojas de secos e molhados que vendiam todo tipo de mercadoria como panos da Índia e da Bretanha, vinho do Reino, condimentos do Oriente, carne do Sul da colônia, dentre outros. Nas lojas, funcionava um esquema de venda a prazo mediante anotação em caderno, em que, além de constar o nome do devedor e o valor da compra, subsistia uma anotação a respeito de sua posição social. Dentre essas notas, encontra-se comumente escravos entre os devedores, não só seus nomes, assim como a quem pertenciam.

Há, todavia, uma outra atividade raramente diagnosticada nos inventários, mas, felizmente, existente no *corpu* analisado. Trata-se de uma peça documental de inestimável valor para a discussão da inserção do Espírito Santo nos mecanismos mercantis da colônia, tanto de sua posição como sociedade escravista em que a escravidão constituía-se como a principal fonte de mão-de-obra, quanto de seu lugar no frutuoso mercado de consumo interno. Em um inventário, o de Francisco de Medeiros Arruda, foi arrolada a última viagem em sua embarcação, antes de sua morte. Em tal viagem, Medeiros transportava mercadorias do Espírito Santo para o Rio de Janeiro, tais como algodão, fio de algodão, madeira de lei, açúcar, retornando carregada de mercadorias como carne, seda, aguardente, marmelada, louça, queijo, rosca, cera, toucinho, farinha, azeite, sal e pano. Essa preciosa informação corrobora a hipótese central desse trabalho do lugar do Espírito Santo no complexo mercantil da colônia, pois fornece o elo de vinculação dos lavradores com a cadeia de comercialização de alimentos: os mercadores que levavam os produtos para as Praças do Rio de Janeiro ou

do nordeste. Alimentos produzidos nas terras capixabas, por meio de roças e plantações, eram trocados nas praças comerciais, mais freqüentemente no Rio de Janeiro nesta época, por produtos importados do exterior ou de outras Capitanias. Um complexo mercantil de fortunas pequenas e médias, mas de incontestável dinamismo e interação com as engrenagens do comércio colonial.

5. Conclusão

Como anunciado na introdução deste trabalho, o objetivo deste artigo é apresentar uma primeira aproximação analítica de uma pesquisa em curso. O enfoque das interpretações aqui lançadas destina-se à discussão da dinâmica mercantil da Capitania do Espírito Santo na última década dos setecentos e nos primeiros dos oitocentos. Subjaz à pesquisa a premissa da fraqueza das afirmações a respeito do completo isolamento e miséria da Capitania do Espírito Santo naquele período.

As fontes cartoriais fortalecem a hipótese lançada pela pesquisa da existência de um dinamismo comercial que estruturou uma cadeia de comercialização de alimentos além dos limites da Capitania. As fortunas pequenas e médias baixas constituíam-se basicamente de investimentos em produções de caráter escravista. Entretanto, predominou empreendimentos agrícolas desenvolvidos via plantações e roças que se realizavam com poucos recursos, desonerando o lavrador de empréstimos vultuosos. As unidades voltadas para a agro-exportação eram raras e deixadas para os mais abastados.

Outro investimento da cadeia de comércio de alimentos foi a ‘venda’ de secos e molhados. Esses pequenos estabelecimentos podiam comercializar produtos da terra, mas seus donos inventariavam um numeroso estoque de mercadorias vindas do exterior, seja do além mar, seja de outras Capitanias. Abastecidas por mercadores quase sempre de fora, na terra havia um diminuto grupo dedicado à atividade, que, esvaziando os porões de mercadorias trazidas de outras praças, providenciavam o seu reabastecimento carregando consigo os produtos locais de interesse de outras praças. Enfim, diante desses primeiros resultados, ao que tudo indica eram esses os mecanismos da roda da fortuna dos capixabas naqueles tempos.

6. Bibliografia

CAMPOS, Adriana Pereira. *Nas barras dos tribunais: escravidão e Direito na Província do Espírito Santo, século XIX*. Tese de doutorado defendida no programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ. Rio de Janeiro, 2003.

DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura (1820-1920)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FLORENTINO, Manolo Garcia. *Em costas negras: uma história do tráfico Atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

FRAGOSO, João Luís & FLORENTINO, Manolo Garcia. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c. 1790-c.1840*. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998.

FRAGOSO, João Luís. A economia do bem comum e a formação da elite senhorial do Rio de Janeiro no Império Português (século XV e XVII). *Dimensões: revista de história da UFES*, no 13, 2001.

_____. *Homens de grossa aventura: a acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. A opulência na província da Bahia. *História da vida privada no Brasil: império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MERLO, Patrícia Maria da Silva. *À sombra da escravidão: negócios e família escrava (Vitória/ES, 1800-1830)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História – UFF. Niterói, 2003.

MONGIARDINO, Ignácio João. Informação ao Governador da Bahia sobre a Capitania do Espírito Santo em 11 de julho de 1790. In LEAL, João Eurípedes Franklin (Org.). *Espírito Santo: documentos coloniais*. Série Documentos Capixabas. Vol 1. Vitória/ES: Fundação Jones dos Santos Neves, 1978.